

COOK, Timothy E. *Governing with the News: The News Media as a Political Institution*. Chicago : The University of Chicago Press, 1998. (ISBN 0226115003; *paperback* : US\$ 18,00)

HERBST, Susan. *Reading Public Opinion: How Political Actors View the Democratic Process*. Chicago : The University of Chicago Press, 1998. (ISBN 0226327477; *paperback* : US\$ 16,00)

MÍDIA, OPINIÃO PÚBLICA E POLÍTICA

“O que é bom a gente mostra,
o que é ruim a gente esconde”.

Rubens Ricupero, embaixador e ex-Ministro da Fazenda.

“A opinião pública é a opinião que se publica” .

Paulo Maluf, ex-Prefeito da capital paulista,
ex-Governador de São Paulo.

Paulo Kramer

Universidade de Brasília

Espetacularização da política; substituição de líderes carismáticos por políticos telegênicos; glorificação do *sound-bite* (aquela frase ou gesto de efeito talhado para preencher 15 segundos “no ar”) em detrimento do debate ideológico e pragmático; arbatamento por publicitários, consultores de imagem e “marketeiros” de funções antes desempenhadas pelos partidos ou cabos eleitorais; entronização dos *focus groups* e de outras modalidades de pesquisa de opinião como insumos prioritários na formulação de discursos de campanha ou na “correção dos rumos” de políticas públicas – essas e outras inovações alteraram significativamente a forma e o conteúdo da atividade da política na atualidade, bem como o seu relacionamento com os meios de comunicação e a opinião pública. Tal é o horizonte em que se movimentam as duas obras aqui resenhadas e que integram a série “Studies in Communication, Media and Public Opinion” da editora da Universidade de Chicago.

Há dez anos, Timothy Cook já publicava um trabalho inovador e marcante sobre os membros do Congresso americano e a mídia, intitulado *Making Laws and Making News – Media Strategies in the U.S. House of Representatives* (1989). Agora, ele amplia seu foco de análise para avançar a tese de que os meios de comunicação são, de fato, uma instituição política tão fundamental quanto os três poderes constitucionais. Na medida em que a democracia é um sistema sob o qual os mandatários têm não apenas o direito, mas principalmente o dever de comunicar, explicar e justificar suas atitudes, escolhas, decisões e ações (e isso antes, durante e após as eleições), a simbiose entre profissionais e veículos de comunicação, de um lado, e homens públicos – sejam eles parlamentares, funcionários do Executivo ou magistrados – de outro, propõe e repõe constantemente os critérios de relevância e interesse que “emolduram” as informações consumidas pelo cidadão acerca da estrutura, do funcionamento e dos impasses da vida pública nacional.

Em sua investigação, que se serve de abundantes fontes secundárias registradas nas notas ao fim do volume (a ausência de uma bibliografia em ordem alfabética de autor não deixa de ser um pequeno incômodo), Cook desafia o tabu sagrado da “objetividade”, tão decisivo na constituição da auto-imagem profissional dos jornalistas como agentes neutros e despolitizados a serviço da informação isenta, algo ainda pouco problematizado na grande maioria dos estudos acadêmicos nessa área.

A leitura de *Governing with the News* estimula-nos a questionar a poderosa articulação de interesses entre as fontes, os repórteres e as empresas de comunicação. As autoridades em posições de comando e poder dedicam-se a selecionar, enfatizar ou desenfaturar dados e opiniões no sentido de conferir credibilidade aos seus próprios pontos de vista, definições da realidade e *rationales* de atuação. Já os profissionais de cobertura política precisam cultivar um bom relacionamento com esses informantes estratégicos para progredir em uma carreira intelectualmente exigente, fisicamente estafante e fortemente competitiva. Quanto aos

veículos, eles dependem dessa já referida simbiose para sobreviver e prosperar no mercado de índices de audiência ou circulação. Explorando o avesso do duplo requisito de “importância” e “interesse” que os manuais de jornalismo preconizam para a notícia, Cook desvenda uma “divisão de trabalho” em que as autoridades definem o que é importante, e os jornalistas, o que é interessante.

A preocupação cívica que orienta o inquérito de Cook é a seguinte: como instituição política que liga as demais entre si e estas, em seu conjunto, com os cidadãos comuns, a mídia detém cada vez mais poder sobre os rumos da governança democrática, muito embora não seja feita para governar, nem, muito menos, disponha de qualquer mandato de representação popular. Portanto, como pode a sociedade submeter o processo de produção e veiculação do noticiário político ao crivo democrático da transparência e da responsabilidade? Essa indagação serve de fio condutor aos oito bem urdidos capítulos do livro de Cook. À introdução, voltada para o delineamento da perspectiva teórica geral, segue-se uma rica e interessante reconstituição histórica da trajetória da mídia noticiosa americana desde os seus primórdios (capítulos II e III). O estudo avança com a (exitosa) tentativa de integrar, no marco do “neo-institucionalismo”, abordagem calcada na maximização racional de utilidades com um *approach* culturalista que salienta as normas, os costumes, os significados compartilhados (explícita e, sobretudo, implicitamente pelos atores), característicos da mídia como instituição. A clarificação de seu caráter especificamente político, à luz da interação jornalistas/fontes, é o objeto do capítulo V, ao passo que o VI focaliza as estratégias de comunicação como instrumento de governo, com destaque para o comunicador-em-chefe do sistema, o presidente dos Estados Unidos. Na seqüência, são discutidos os limites e oportunidades com que os atores políticos em geral se defrontam ao tentar colocar a mídia a serviço de seus interesses, cultura profissional e formatos organizacionais do noticiário político.

Na conclusão (capítulo VIII), o autor reitera o dilema da mídia como detentora de poder político sem a correspondente parcela oficial de responsabilidade pública, propondo mecanismos capazes de superá-lo, ainda que parcialmente.

* * *

O foco da obra de Susan Herbst são as implicações do processo de “construção” da opinião pública para a teoria e a prática democráticas. Os “atores políticos”, referidos em seu subtítulo são aqueles que avaliam e moldam a opinião pública: jornalistas, pesquisadores, assessores legislativos e ativistas políticos. E – “surpresa”! – a autora constata que aquilo que normalmente entendemos como opinião pública pouco tem a ver com o público. De fato, a percepção que esses operadores têm da “voz rouca das ruas”, para usar uma expressão cara ao sociólogo-presidente Fernando Henrique Cardoso, é quase sempre refratada (e distorcida) pelo prisma estridente e parcial dos grupos de interesse e dos formadores de opinião encastelados na mídia.

Combinando perspectivas fornecidas pela Ciência Política, a Sociologia e a Psicologia, Herbst conduziu 44 entrevistas em profundidade e submeteu um extenso questionário a 528 outros informantes. A riqueza e a importância do material coletado traduzem-se no potencial das “teorias leigas”, quase sempre implícitas na prática profissional desses atores, para questionar, clarificar, aprofundar e reorientar as tendências dominantes no *corpus* acadêmico dessa área de estudo, tão tradicional e prestigiosa nas Ciências Sociais americanas, um campo construído sob a égide de Alexis de Tocqueville, Arthur Bentley, David Truman e Herbert Blumer, sem esquecer sua vertente “jornalística” capitaneada por Walter Lippmann.

Recuperando outra nobre e fecunda tradição da Ciência Política de seu país, a dos estudos políticos de comunidade – onde pontificam nomes como Floyd Hunter, Robert Dahl e o casal Robert e Helen Lynd –, Susan Herbst ambienta sua pesquisa em Springfield, capital do estado de Illinois. O progresso de sua investigação confirmou-lhe a suspeita de que a cidade, por um conjunto de razões históricas, geográficas e sócio-econômicas, é um microcosmo dos Estados Unidos e um sinalizador de tendências emergentes da opinião pública nacional, preenchendo assim sua ambição original de articular macroteorização com estudo de campo em nível micro.

O capítulo I explora o variegado universo de questões envolvidas na definição de “opinião pública” e, para fundamentar a relevância do estudo de “teorias leigas”, louva-se da autoridade de estudiosos como o antropólogo Clifford Geertz. Os capítulos II a IV descrevem os resultados das entrevistas e questionários. Finalmente, no capítulo V, a autora costura suas conclusões à luz do argumento de que a “teoria leiga” dos operadores políticos pode e deve revigorar a discussão acadêmico-científica sobre a dinâmica da comunicação política e da opinião pública.

Três minuciosos apêndices metodológicos completam a obra, elucidando a concepção do projeto e repro-

duzindo os roteiros de entrevista bem como os questionários utilizados em campo.

Trata-se de duas contribuições extremamente bem-vindas no momento em que o debate intelectual brasileiro inicia um esforço sério de compreensão mais sistemática e menos anedótica do papel político da mídia no processo de formação da opinião pública. Vale aqui mencionar o estudo do jornalista e escritor Elcias Lustosa, *O teatro político* (1998), como fruto auspicioso dessa promissora safra de reflexão *made in Brazil*. Por sinal, já não era sem tempo: nessas duas e meia longas décadas de transição/consolidação democrática, a linguagem do marketing e das pesquisas desempenhou um papel central na estruturação do nosso cotidiano político e até já virou produto de exportação para América Latina e África.

Recebido para publicação em maio de 1999.

Paulo Kramer é Professor do Instituto de Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IPR-UnB), consultor sênior da Kramer & Ornelas Estratégias Parlamentares, escritório de assessoria parlamentar e consultoria política de Brasília (DF), e Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COOK, T. 1989. *Making Laws and Making News – Media Strategies in the U.S. House of Representatives*. Washington, D.C. : Brookings Intituiton.

LUSTOSA, E. 1998. *O teatro político*. Rio de Janeiro : Ampersand.

* * *